



TERMO DE REFERÊNCIA

PARA REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA ACESSO À INTERNET NA SEDE DO TRIBUNAL, UNIDADES E ZONAS ELEITORAIS.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada, para fornecimento, por meio de registro de preços, de serviços de telecomunicações para prover acesso à internet na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins – TRE/TO e seus Anexos, localizados na cidade Palmas, em seus respectivos Cartórios Eleitorais, bem como, havendo a necessidade do CONTRATANTE, em outros locais que tenham disponibilidade de Acesso à internet provido pela CONTRATADA.

1.2. Fará parte deste Registro de Preços, como órgão participante, a Procuradoria da República no Tocantins.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. TABELA RELAÇÃO DEMANDA x NECESSIDADE

Itens	Descrição	Velocidade em Mbps	Quantidade TRE-TO	Quantidade MPF/TO
2.1.1	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para a Sede do TRE-TO – Endereço descrito no item 2.3.1 da Tabela 1	50	2	
2.1.2	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda e com filtro Anti-DDOS para a Sede do TRE-TO – Endereço descrito no item 2.3.1 da Tabela 1	100	2	
2.1.3	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda e com filtro Anti-DDOS para a Sede do TRE-TO – Endereço descrito no item 2.3.1 da Tabela 1	100	2	
2.1.4	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades da Capital constantes da Tabela 1	6	8	1
2.1.5	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades do constantes da Tabela 2	4	14	3
2.1.6	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades constantes da Tabela 3.	2	35	2
2.1.7	Links de Acesso à Internet padrão xDSL para, no mínimo, as Localidades constantes da Tabela 4.	2	38	

2.2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.2.1. A CONTRATANTE não estará obrigada a contratar todos os links de acesso à internet constantes do ITEM 2.1. O quantitativo está superior à sua ATUAL DEMANDA, porém, visa atender demandas pontuais e futuras.

2.2.2. Será facultado à CONTRATANTE a formalização de contrato POR ESTIMATIVA, cuja modalidade define-se por contratar quantidade de links superior à sua demanda atual, porém, o pagamento se dará somente dos Links de acesso à internet efetivamente instalados e ativos. A adoção dessa modalidade de Contrato objetiva flexibilizar o acréscimo de links durante a vigência do Contrato para atender futuras demandas, desde que haja disponibilidade orçamentária e viabilidade técnica da CONTRATADA, quando se tratar de localidades diferentes das tabelas de localidades para os respectivos itens.

2.2.3. Os Licitantes deverão compor o preço dos links ofertados tendo como base o valor unitário mensal por cada tipo de Link de acesso à internet, conforme Planilha de estimativa de preços constante do ITEM 9.

2.2.4. Caso um único licitante seja o vencedor de 02 (dois) ou mais itens de MESMA VELOCIDADE E CIDADE, este deverá adequar o valor dos itens vencidos de mesma velocidade ao menor valor ofertado, exceto quando se tratar dos links padrão xDSL.

2.2.5. Os Licitantes para participar de cada Item deverão apresentar viabilidade técnica de atendimento para, no mínimo, as respectivas Localidades constantes da Tabela de Localidades referenciada na descrição de cada Item.

2.2.6. A CONTRATANTE poderá solicitar instalação e ativação de Links de acesso à internet em localidades diferentes das constantes das Tabelas de localidades, porém, sempre respeitando o quantitativo de links contratados e a viabilidade técnica da CONTRATADA.

2.2.7. Um dos três primeiros itens (Links de velocidades maiores para a Sede do Tribunal) será contratado como **LINK DE CONTINGÊNCIA**.

2.2.8. **Como garantia de Contratação de Link de Contingência**, a CONTRATANTE não celebrará Contrato com UM ÚNICO LICITANTE para ser o fornecedor dos três primeiros Itens (2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3). Caso um ÚNICO LICITANTE seja o vencedor dos três primeiros itens, a CONTRATANTE definirá o Item, dentre os itens mencionados, que será o Item de Contingência, o qual, neste caso, será contratado de um dos demais licitantes do Item definido, obedecendo o seguinte critério:

a) Apresentar maior vantagem para a Administração; e

b) **obrigatoriamente possuir rotas físicas de cabamentos** diferentes do Licitante Vencedor do item; assim como, das rotas físicas de cabamento diferentes dos outros dois Itens de links para a Sede do Tribunal.

2.2.9. Os Links de acesso à Internet padrão xDSL visam atender as localidades que apresentarem inviabilidade técnica para ativação de links dedicados, bem como outras localidades não definidas na Tabela 4, desde que haja a demanda e a viabilidade técnica da CONTRATADA. Esses Links xDSL visam ainda contingenciar os links dedicados a critério da CONTRANTE, podendo, neste caso, haver um link dedicado e um link padrão xDSL nas localidades que a CONTRATANTE definir.

2.3. **TABELA 1 - Localidades da Capital**

Ordem	LOCAL	CIDADE	ENDEREÇO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS
2.3.1	SEDE	PALMAS	Quadra 202 Norte Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2 Plano Diretor Norte - Palmas-TO - CEP 77.006-214	10°10'32.1"S 48°19'59.1"W
2.3.2	ANEXO II	PALMAS - ANEXO II	Quadra 112 Sul (Antiga ARSE 15), Rua SR-03, Lote 32 - CEP: 77.020-172 - PLANO DIRETOR SUL - PALMAS – TO.	10°11'12.7"S 48°18'12.3"W
2.3.3	ANEXO I	PALMAS - ANEXO I	Quadra 103 Norte Av. LO-02 Nº 53 Plano Diretor Norte - Palmas-TO CEP 77.001-022	10°10'49.2"S 48°20'16.6"W
2.3.4	ANEXO III	PALMAS - CENTRAL DE URNAS	Quadra 203 Norte Alameda 08 Lote 1 C Plano Diretor Norte - Palmas-TO CEP 77006-884	10°10'28.3"S 48°20'18.0"W
2.3.5	29ª ZE	PALMAS	Quadra 104 Sul, Av. LO-01, Número 10 Plano Diretor Sul - 77.020-020	10°11'19.1"S 48°19'33.3"W

2.4. **TABELA 2 - Localidades tipo 2**

Ordem	ZONA	CIDADE	ENDEREÇO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS
2.4.1	1ª/34ª	ARAGUAÍNA	AVENIDA NEIEF MURAD, QUADRA 01, LOTE 02, SETOR NOROESTE - 77.826-604	7°11'08.6"S 48°12'44.7"W
2.4.2	02ª	GURUPI	AV ESPIRITO SANTO,S/N, ENTRE AS RUAS JK E GETULIO VARGAS - CENTRO - 77.403-100	11°43'11.6"S 49°04'28.1"W
2.4.3	03ª	PORTO NACIONAL	AVENIDA LUIZ LEITE RIBEIRO, QUADRA A3, LOTE 7, SETOR AEROPORTO - 77.500-000	10°42'38.0"S 48°24'36.9"W
2.4.4	07ª	PARAÍSO DO TOCANTINS	RUA ARAGUAIA, ESQ C/ AMÂNCIO DE MORAES - PÇA DO MERCADO - CENTRO - 77.600-000	10°10'38.8"S 48°53'04.4"W
2.4.5	04ª	COLINAS	RUA 07, QD. 33-A, LT. 04 CENTRO - 77.760-000	8°03'09.8"S 48°28'54.1"W
2.4.6	05ª	MIRACEMA	RUA OSVALDO VASCONCELOS, S/N, (PRAÇA DO FÓRUM) - CENTRO - 77.650-000	9°33'37.2"S 48°23'25.2"W
2.4.7	06ª	GUARAÍ	RUA 8, QD. 15, LOTE 188, NR. 1133 - CENTRO - 77.700-000	8°50'08.2"S 48°30'34.4"W
2.4.8	14ª	ALVORADA	AVENIDA JK, ESQUINA COM A RUA 7 DE SETEMBRO, S/N, CENTRO - 77.480-000 -	12°28'50.6"S 49°07'29.2"W
2.4.9	28ª	MIRANORTE	AV. ALFREDO NASSER, QD. 109-A, LT. 1-A, VILA MARIA - 77.660-000	9°32'31.6"S 48°35'37.9"W

2.5. **TABELA 3 - Localidades tipo 3**

Ordem	ZONA	CIDADE	ENDEREÇO	COORDENADAS GEOGRÁFICAS
2.5.1	08ª	FILADÉLFIA	AV. PREFEITO WILSON MARTINS DE CASTRO QD. 57 N. 433 - CENTRO - 77.795-000	7°20'18.7"S 47°29'45.0"W
2.5.2	09ª	TOCANTINÓPOLIS	RUA HORÁCIO NEGREIROS, 1.500 - SETOR AEROPORTO CENTRO - 77.900-000	13°00'00.0"S 54°00'00.0"W
2.5.3	10ª	ARAGUATINS	RUA CASTELO BRANCO, 1168 - ESQ. C/ RUA GETÚLIO VARGAS - CENTRO - 77.950-000	5°38'52.0"S 48°07'14.6"W
2.5.4	11ª	ITAGUATINS	RODOVIA DARCY MARINHO, 480 CENTRO - 77.920-000	5°46'25.5"S 47°28'52.1"W
2.5.5	12ª	XAMBIOÁ	AVENIDA A, S/N, ESQ COM RUA MIGUEL DOS SANTOS BARROS, SETOR LESTE - 77.880-000	6°24'42.3"S 48°31'46.9"W

2.5.6	13ª	CRISTALÂNDIA	AVENIDA MADRE VERONICA, QD. 12, N 540, LOTES 1 E 2 CENTRO - 77.490-000	10°35'46.5"S 49°11'33.4"W
2.5.7	15ª	FORMOSO DO ARAGUAIA	AV HERMINIO A. SOARES - QD 53 - LT 01 - N 115 - ESQUINA COM RUA 10 - CENTRO - 77.470-000	11°48'05.7"S 49°31'43.5"W
2.5.8	16ª	COLMÉIA	AVENIDA BRASIL, ESQ. COM A RUA 07 - S/N CENTRO - 77.725-000	8°44'06.3"S 48°45'09.5"W
2.5.9	18ª	PARANÃ	AVENIDA A QUADRA 25 - LOTE 01 CENTRO - 77.360-000	12°36'49.3"S 47°52'42.4"W
2.5.10	19ª	NATIVIDADE	RUA A, QD 16, LT 02, SETOR GINASIAL SETOR GINASIAL - 77.370-000	11°42'36.2"S 47°43'43.9"W
2.5.11	20ª	PEIXE	AVENIDA ALAIR DE SENA CONCEIÇÃO, QUADRA 21, LTS 11, 12 E 13 - SETOR SUL - 77.460-000	12°02'04.5"S 48°32'26.5"W
2.5.12	21ª	AUGUSTINÓPOLIS	RUA ANTONIO SOUSA GOMES CENTRO - 77.960-000	5°28'06.9"S 47°52'59.9"W
2.5.13	22ª	ARRAIAS	AVENIDA PALMAS, QD R1, LT 22, ARNALDO PRIETO - 77.330-000	10°10'44.5"S 48°20'02.4"W
2.5.14	23ª	PEDRO AFONSO	AVENIDA JOÃO DAMASCENO DE SÁ, N. 2017, ST. AEROPORTO - CENTRO - 77.710-000	8°59'07.0"S 48°10'13.8"W
2.5.15	24ª	ARAGUACEMA	AV. DOM PEDRO I, QD. 15, LOTE 16, SETOR JARDIM PLANALTO - CENTRO - 77.690-000	8°49'11.8"S 49°33'37.3"W
2.5.16	26ª	PONTE ALTA DO TO	AVENIDA CASTELO BRANCO, QUADRA 14 SETOR AEROPORTO - 77.590-000	10°45'03.5"S 47°32'11.9"W
2.5.17	27ª	WANDERLÂNDIA	AVENIDA JOAO OLIVEIRA VALADARES, S/N CENTRO - 77.860-000	6°50'55.0"S 47°57'52.2"W
2.5.18	30ª	ARAGUAÇU	RUA ALDENOR LYRA GOMES, SN, CENTRO CENTRO - 77.475-000	12°55'50.3"S 49°49'42.6"W
2.5.19	31ª	ARAPOEMA	RUA MATO GROSSO ESQUINA COM AVENIDA CASTELO BRANCO, N. 1444 - CENTRO - 77.780-000	7°39'24.7"S 49°03'43.5"W
2.5.20	32ª	GOIATINS	PRAÇA DR. FRANCISCO DELMONDES QUEZADO, S/N CENTRO - 77.770-000	7°42'42.9"S 47°18'58.4"W
2.5.21	33ª	ITACAJÁ	AVENIDA CICERA PORTO S/N CENTRO - 77.720-000	8°23'37.3"S 47°46'26.2"W
2.5.22	35ª	NOVO ACORDO	AVENIDA CENTRAL, S/N, AO LADO DA GARAGEM PREFEITURA - CENTRO - 77.610-000	9°57'48.7"S 47°40'29.4"W

2.6. **TABELA 4 - Localidades xDSL**

<i>Ordem</i>	<i>LOCAL / ZONA</i>	<i>CIDADE</i>	<i>ENDEREÇO</i>	<i>COORDENADAS GEOGRÁFICAS</i>
2.6.1	SEDE	PALMAS	Quadra 202 Norte Av. Teotônio Segurado, Conjunto 01 Lotes 1 e 2 Plano Diretor Norte - Palmas-TO - CEP 77.006-214	10°10'32.1"S 48°19'59.1"W
2.6.2	ANEXO II	PALMAS - ANEXO II	Quadra 112 Sul (Antiga ARSE 15), Rua SR-03, Conjunto 06 Lote 4 CEP: 77.020-172 - PLANO DIRETOR SUL - PALMAS – TO.	10°11'12.7"S 48°18'12.3"W
2.6.3	ANEXO I	PALMAS - ANEXO I	Quadra 103 Norte Av. LO-02 N° 53 Plano Diretor Norte - Palmas-TO CEP 77.001-022	10°10'49.2"S 48°20'16.6"W
2.6.4	ANEXO III	PALMAS - CENTRAL DE URNAS	Quadra 203 Norte Alameda 08 Lote 1 C Referência: Na rua da Casa do Estudante primeira rua a esquerda - Portão Branco; Plano Diretor Norte - Palmas-TO CEP 77006-884	10°10'28.3"S 48°20'18.0"W
2.6.5	1ª/34ª	ARAGUAÍNA	AVENIDA NEIEF MURAD, QUADRA 01, LOTE 02 SETOR NOROESTE - 77.826-604	7°11'08.6"S 48°12'44.7"W
2.6.6	02ª	GURUPI	AV ESPIRITO SANTO,S/N, ENTRE AS RUAS JK E GETULIO VARGAS - CENTRO - 77.403-100	11°43'11.6"S 49°04'28.1"W
2.6.7	03ª	PORTO NACIONAL	AVENIDA LUIZ LEITE RIBEIRO, QUADRA A3, LOTE 7 SETOR AEROPORTO - 77.500-000	10°42'38.0"S 48°24'36.9"W

2.6.8	04ª	COLINAS	RUA 07, QD. 33-A, LT. 04 CENTRO - 77.760-000	8°03'09.8"S 48°28'54.1"W
2.6.9	05ª	MIRACEMA	RUA OSVALDO VASCONCELOS, S/N, (PRAÇA DO FÓRUM) - CENTRO - 77.650-000	9°33'37.2"S 48°23'25.2"W
2.6.10	06ª	GUARAÍ	RUA 8, QD. 15, LOTE 188, NR. 1133 - CENTRO CENTRO - 77.700-000	8°50'08.2"S 48°30'34.4"W
2.6.11	07ª	PARAÍSO DO TOCANTINS	RUA ARAGUAIA, ESQ C/ AMÂNCIO DE MORAES - PÇA DO MERCADO - CENTRO - 77.600-000	10°10'38.8"S 48°53'04.4"W
2.6.12	08ª	FILADÉLFIA	AV. PREFEITO WILSON MARTINS DE CASTRO QD. 57 N. 433 - CENTRO - 77.795-000	7°20'18.7"S 47°29'45.0"W
2.6.13	09ª	TOCANTINÓPOLIS	RUA HORÁCIO NEGREIROS, 1.500 - SETOR AEROPORTO CENTRO - 77.900-000	13°00'00.0"S 54°00'00.0"W
2.6.14	10ª	ARAGUATINS	RUA CASTELO BRANCO, 1168 - ESQ. C/ RUA GETÚLIO VARGAS - CENTRO - 77.950-000	5°38'52.0"S 48°07'14.6"W
2.6.15	11ª	ITAGUATINS	RODOVIA DARCY MARINHO, 480 CENTRO - 77.920-000	5°46'25.5"S 47°28'52.1"W
2.6.16	12ª	XAMBIOÁ	AVENIDA A, S/N, ESQ COM RUA MIGUEL DOS SANTOS BARROS, SETOR LESTE - 77.880-000	6°24'42.3"S 48°31'46.9"W
2.6.17	13ª	CRISTALÂNDIA	AVENIDA MADRE VERONICA, QD. 12, N 540, LOTES 1 E 2 CENTRO - 77.490-000	10°35'46.5"S 49°11'33.4"W
2.6.18	14ª	ALVORADA	AVENIDA JK, ESQUINA COM A RUA 7 DE SETEMBRO, S/N CENTRO - 77.480-000 -	12°28'50.6"S 49°07'29.2"W
2.6.19	15ª	FORMOSO DO ARAGUAIA	AV HERMINIO A. SOARES - QD 53 - LT 01 - N 115 - ESQUINA COM RUA 10 - CENTRO - 77.470-000	11°48'05.7"S 49°31'43.5"W
2.6.20	16ª	COLMÉIA	AVENIDA BRASIL, ESQ. COM A RUA 07 - S/N CENTRO - 77.725-000	8°44'06.3"S 48°45'09.5"W
2.6.21	17ª	TAGUATINGA	RUA AIROSA GODINHO S/N SETOR INDUSTRIAL - 77.320-000	12°24'32.0"S 46°25'56.5"W
2.6.22	18ª	PARANÃ	AVENIDA A QUADRA 25 - LOTE 01 CENTRO - 77.360-000	12°36'49.3"S 47°52'42.4"W
2.6.23	19ª	NATIVIDADE	RUA A, QD 16, LT 02, SETOR GINASIAL SETOR GINASIAL - 77.370-000	11°42'36.2"S 47°43'43.9"W
2.6.24	20ª	PEIXE	AVENIDA ALAIR DE SENA CONCEIÇÃO, QUADRA 21, LTS 11, 12 E 13 - SETOR SUL - 77.460-000	12°02'04.5"S 48°32'26.5"W
2.6.25	21ª	AUGUSTINÓPOLIS	RUA ANTONIO SOUSA GOMES CENTRO - 77.960-000	5°28'06.9"S 47°52'59.9"W
2.6.26	22ª	ARRAIAS	AVENIDA PALMAS, QD R1, LT 22, ARNALDO PRIETO - 77.330-000	10°10'44.5"S 48°20'02.4"W
2.6.27	23ª	PEDRO AFONSO	AVENIDA JOÃO DAMASCENO DE SÁ, N. 2017, ST. AEROPORTO - CENTRO - 77.710-000	8°59'07.0"S 48°10'13.8"W
2.6.28	24ª	ARAGUACEMA	AV. DOM PEDRO I, QD. 15, LOTE 16, SETOR JARDIM PLANALTO - CENTRO - 77.690-000	8°49'11.8"S 49°33'37.3"W
2.6.29	25ª	DIANÓPOLIS	AVENIDA MATO GROSSO QUADRA 24 LOTE 1A CAVALCANTE - 77.300-000	11°37'02.1"S 46°49'17.4"W
2.6.30	26ª	PONTE ALTA DO TO	AVENIDA CASTELO BRANCO, QUADRA 14 SETOR AEROPORTO - 77.590-000	10°45'03.5"S 47°32'11.9"W
2.6.31	27ª	WANDERLÂNDIA	AVENIDA JOAO OLIVEIRA VALADARES, S/N CENTRO - 77.860-000	6°50'55.0"S 47°57'52.2"W
2.6.32	28ª	MIRANORTE	AV. ALFREDO NASSER, QD. 109-A, LT. 1-A VILA MARIA - 77.660-000	9°32'31.6"S 48°35'37.9"W
2.6.33	29ª	PALMAS	QUADRA 104 SUL, AVENIDA LO-01, NÚMERO 10 PLANO DIRETOR SUL - 77.020-020	10°11'19.1"S 48°19'33.3"W
2.6.34	30ª	ARAGUAÇU	RUA ALDENOR LYRA GOMES, SN, CENTRO CENTRO - 77.475-000	12°55'50.3"S 49°49'42.6"W
2.6.35	31ª	ARAPOEMA	RUA MATO GROSSO ESQUINA COM AVENIDA CASTELO BRANCO, N. 1444 - CENTRO - 77.780-000	7°39'24.7"S 49°03'43.5"W

2.6.36	32ª	GOIATINS	PRAÇA DR. FRANCISCO DELMONDES QUEZADO, S/N CENTRO - 77.770-000	7°42'42.9"S 47°18'58.4"W
2.6.37	33ª	ITACAJÁ	AVENIDA CICERA PORTO S/N CENTRO - 77.720-000	8°23'37.3"S 47°46'26.2"W
2.6.38	35ª	NOVO ACORDO	AVENIDA CENTRAL, S/N, AO LADO DA GARAGEM PREFEITURA - CENTRO - 77.610-000	9°57'48.7"S 47°40'29.4"W

3. MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVAS

3.1. A nova contratação de Links de acesso à internet para a Sede do Tribunal, suas unidades localizadas na Capital e Interior tem como objetivo, dentre outros a seguir, atender os requisitos mínimos de performance da rede de comunicação de dados definidos no Art. 24, incisos V e VI da Resolução-CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015, a qual normatiza que:

Art. 24 “Caput”: “O Nivelamento da infraestrutura de TIC deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos”:

V – Links de Comunicação entre as unidades e o órgão suficientes para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade exigida pelos sistemas de informação, especialmente o processo judicial, com o máximo de comprometimento de banda de 80%.

VI – 02 (dois) links de comunicação do órgão com a Internet, mas com operadoras distintas para acesso à rede de dados, com o máximo de comprometimento de banda de 80%.

3.2. Os links de acesso à internet que formam a rede comunicação de dados da Justiça Eleitoral do Tocantins, Sede do Tribunal, Anexos e Zonas Eleitorais, são providos principalmente pelo Contrato 33/2011 o qual tem sua vigência já em caráter excepcional. A proximidade do encerramento do contrato enseja a necessidade de proceder à nova licitação e, posteriormente, de formalizar novo contrato de prestação de serviços de comunicação para provimento de acesso à internet nos cartórios e na sede do TRE-TO e em seus Anexos.

3.3. A crescente demanda frente à disponibilização de ferramentas de automatização das atividades da Secretaria e Zonas Eleitorais como o atendimento e cadastramento biométrico, uso do SEI, PJE e muitas outras ferramentas disponibilizadas via WEB, além da demanda de acesso de diversos recursos úteis para o desenvolvido das Atividades desta Justiça disponíveis na internet, faz necessário o provimento de infraestrutura de acessos com performance capaz de suportar a demanda.

3.4. Devido a criticidade quanto à disponibilidade de acesso à recursos de TI na modalidade 24x7 (24 horas/dia e 7 dias/Semana), a crescente demanda de hospedagem de sistemas e serviços de TI no DataCenter, a composição da rede da Justiça Eleitoral do Tocantins por meio de construção de VPNs próprias, faz-se necessário redundância dos Links da Sede do Tribunal originados de operadoras diferentes, o que levou à exigência de que um dos itens a serem CONTRATADO para a Sede do Tribunal, seja fornecido por fornecedor diferente dos demais Itens que contemplam Links de Acesso à internet para a Sede do Tribunal.

3.5. Por medida de melhor controle quanto à Segurança da Rede de comunicação de dados o Tribunal adota a política de que todo tráfego à internet tenha uma Única Saída concentrada pelos Links disponibilizados na Sede do Tribunal, o que explica a exigência de links de acesso à internet de velocidade bem superiores às demais localidades. Cujos Links concentram além das demandas rotineiras, conexões via VPN de outros regionais em períodos eleitorais, como contingência para transmissão de Resultados das Eleições via a Solução JEConnect.

3.6. A contratação dos Links padrão xDSL, o qual contempla cobertura para todas as localidades dos demais itens, visa atender a possível demanda de alguns locais impossibilitados tecnicamente de serem atendidos com tecnologia de acesso dedicado, bem como poderá atender a demanda de link de contingência nas localidades a serem definidas como prioridades pelo Tribunal e ainda para atender demandas pontuais em localidades diversas, desde que haja viabilidade técnica da Contratada. Portanto, não há expectativa imediata de ativação desses Links.

4. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

4.1. Em resumo, os principais resultados a serem alcançados com a implantação dos novos links de dados a serem contratados para composição da rede de comunicação de dados desta Justiça, visam atender o planejamento estratégico do Tribunal para a área de TI, nas seguintes ações estratégicas:

4.1.1. Garantir a disponibilidade e a continuidade dos serviços essenciais de TI ao Tribunal, Zonas Eleitorais e usuários externos.

4.1.2. Garantir a estrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas;

4.1.3. Fornecer melhores links de conexão de dados entre a Sede do Tribunal, Anexos e Zonas Eleitorais, estável e com alta taxa de transmissão de dados, com objetivo de melhorar as condições de trabalho dos usuários e o atendimento aos clientes desta Justiça Especializada.

5. DESCRIÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS

5.1. A rede de comunicação de dados da Justiça Eleitoral do Tocantins é interligada através de VPNs construída e gerenciada pela TI do Tribunal, utilizando para esse fim os Links de Acesso à internet existentes por meio do Contrato 33/2011, os quais serão substituídos por essa nova contratação em razão do encerramento da vigência contratual.

5.2. Os Links de dados a serem licitados serão links de acesso à internet tipo *standalone* em cada localidade, a formação da rede de comunicação do Tribunal se dará por meio das VPN já em uso e construídas com infraestrutura de firewalls existentes na Sede do Tribunal, nos Anexos e nas Zonas Eleitorais. Portanto, não será objeto de contratação a interligação entre as unidades do Tribunal.

6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LINKS DE ACESSO À INTERNET

6.1. O fornecimento dos serviços de acesso à internet ora licitados deverá seguir as especificações técnicas e condições a seguir:

6.2. CONDIÇÕES GERAIS

6.2.1. Para quaisquer itens a ser fornecido, a CONTRATADA não poderá fornecer IP Fixo PRIVADO; somente IPs VÁLIDOS para a rede pública de internet.

6.2.2. A Contratada será responsável pelo fornecimento, em regime de comodato, de todos os insumos necessários (modens, roteadores, equipamentos para fibra óptica, etc) para o correto funcionamento de acesso à internet, conforme especificado neste Termo de Referência;

6.2.3. O preparo da infraestrutura, os serviços de instalação e configuração de todos os equipamentos fornecidos será de responsabilidade da Contratada;

6.2.4. A CONTRATADA deverá Garantir o funcionamento de todos os equipamentos e acessórios instalados nas dependências do CONTRATANTE sem a necessidade de operadores locais;

6.2.5. A Contratada será responsável pelos serviços de manutenção dos links de Acesso Internet e de todos os equipamentos fornecidos conforme definido neste Termo de Referência.

6.2.6. A Contratada deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela contratante para aferir as velocidades contratadas.

6.2.7. O serviço deverá ser prestado 24 horas por dia, 07 dias por semana, todos os dias do ano, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas devidamente autorizadas pelo Contratante.

6.2.8. Qualquer interrupção programada pelo Provedor para manutenção preventiva e/ou substituição dos equipamentos e meios utilizados, desde que possa causar interferência no desempenho do serviço prestado, deverá ser comunicada ao Contratante com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis,

por meio de correio eletrônico, e somente será realizada com a concordância do Contratante.

6.2.9. As interrupções programadas deverão ser efetuadas no período compreendido entre 22h e 07h do horário de Brasília.

6.3. **ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS DOS LINKS DEDICADOS (ITENS 2.1.1 ao 2.1.6)**

6.3.1. A Contratada deverá fornecer as conexões dedicadas ao CONTRATANTE obrigatoriamente terrestres, implementadas por meio de pares metálicos, fibra óptica ou rádio digital (exceto itens 2.1.1 a 2.1.3), com frequência regulamentada pela Anatel, não podendo ser de frequência livre;

6.3.2. Não serão permitidos acessos de última milha implementados por meio de satélite ou protocolos xDSL;

6.3.3. O serviço deverá ser ofertado com velocidades simétricas;

6.3.4. A CONTRATADA deverá instalar os links de Internet, sendo que tal acesso não poderá ser compartilhado com nenhum outro cliente da CONTRATADA e deverá ser capaz de absorver 100% (cem por cento) do tráfego referente à velocidade contratada, com a garantia de qualidade de serviços mínima exigida.

6.3.5. A equipe técnica da CONTRATANTE definirá e repassará à CONTRATADA o “range” de endereçamento IP LAN utilizado na rede local tanto da Sede do Tribunal, seus Anexos e demais unidades do Interior, quando da instalação dos links de acesso à internet e configurações dos equipamentos. O endereçamento IP LAN a ser utilizado é privado.

6.3.6. O endereçamento IP WAN a ser utilizado pela(s) CONTRATADA(s) na Conexões dedicadas fornecidas deve ser restrito da respectiva operadora, ou seja, IP não divulgado e nem utilizado pelo público Internet;

6.3.7. Os equipamentos fornecidos em Comodato, bem como os Links de Internet deverão suportar e implantar o roteamento de endereços IPv4 e IPv6 nativamente.

6.3.8. Deverá Implementar protocolos de gerenciamento Ping, Traceroute, Telnet, SSH, SNMP, SYSLOG e DNS sobre IPv6.

6.3.9. CONTRATADA deverá respeitar integralmente os índices de SLA (Service Level Agreement ou Acordo de Nível de Serviço) definidos.

6.4. **LINKS DE ACESSO À INTERNET PARA A SEDE DO TRIBUNAL (ITENS 2.1.1 a 2.1.3)**

6.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer circuito com conectividade direta com a rede Internet através de acessos dedicados em fibra óptica em anel redundantes automaticamente, e portas IP exclusivas como fornecimento total de conectividade IP (Internet Protocol) com suporte à aplicações TCP/IP.

6.4.2. A CONTRATADA deverá prover o acesso direto à Internet, de forma não compartilhada, devendo estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, e constituir-se de acessos permanentes, dedicados, e com total conectividade IP, interligando a CONTRATADA à Internet através de canais privativos que possuam redundância de rota até ao backbone da CONTRATADA fora do Estado;

6.4.3. À CONTRATADA deverá prover gerência pró-ativa da porta IP, a qual consiste em monitorar a porta do roteador instalado na CONTRATANTE, efetuando a verificação automática da disponibilidade do link de, no máximo, a cada 05 (cinco) minutos. Caso o roteador da CONTRATANTE não responda após 03 (três) tentativas, deverá ser disparado procedimentos de correção e a CONTRATANTE deverá ser avisada em até 30 minutos.

6.4.4. Serviço dedicado de acesso à internet com no mínimo 30 (trinta) endereços IPs fixos válidos por link contratado, livres para uso pela Contratante.

6.4.5. A CONTRATANTE poderá solicitar, de acordo com sua necessidade, mudança de numeração de bloco de Endereços IPs válidos, sem custo adicional;

6.4.6. **Para o Serviço de Internet da Sede do Tribunal não serão permitidos acessos implementados por meio de enlaces de rádio ou satélite.**

6.4.7. **Para os links de acesso à internet de maior desempenho da SEDE DO TRIBUNAL, itens 2.1.2 e 2.1.3, a CONTRATADA deverá garantir proteção contra ataques de negação de serviços, evitando assim a saturação da banda de internet e indisponibilidade dos serviços em momentos de ataques DOS e DDOS, podendo tal proteção ser implementada no backbone da CONTRATADA ou ainda por meio de Serviços Anti-DDoS Terceirizado, porém, sem custos adicionais para A CONTRATANTE.**

6.4.8. O backbone oferecido deve possuir, em operação, canais próprios e dedicados, interligando-o diretamente a pelo menos 2 (dois) outros sistemas autônomos (AS-Autonomous Systems) nacionais e a pelo menos 2 (dois) outros sistemas autônomos (ASAutonomous Systems) internacionais. Deverá o somatório das bandas de saída entre os AS (Nacional e Internacional) ser de pelo menos 1 Gigabit/s.

6.4.9. A Contratada deverá garantir um tempo médio de desempenho mensal de latência, de no máximo de 80 ms (milissegundos), perda máxima de pacotes à 7% (Sete por cento), comprovados através de relatórios estatísticos de acompanhamento via portal Web. A latência é o tempo que um pacote IP leva para ir e voltar (round-trip) de um ponto a outra da Rede

6.5. **ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS ANTI-DDOS PARA OS LINKS DE INTERNET DA SEDE DO TRIBUNAL (ITENS 2.1.2 e 2.1.3)**

6.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer proteção contra ataques de negação de serviços, evitando assim a saturação da banda da Internet e indisponibilidade dos serviços em momentos de ataques DOS e DDOS de acordo com os requisitos mínimos a seguir:

6.5.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, via telefone, acesso direto à equipe de suporte dos Serviços Anti-DDOS, sem o intermédio de central de atendimentos, podendo esse acesso ocorrer na modalidade 24x7;

6.5.1.2. A CONTRATANTE se reserva no direito de solicitar interrupção dos serviços anti-DDOS a qualquer momento que considerar crítico para suas atividades de transmissão de dados Eleitorais;

6.5.1.3. Os Serviços deverão ter pró-atividade para solução e prevenção de incidentes e ataques;

6.5.1.4. Monitorar disponibilidade e performance dos links de dados constantes dos itens 2.1.2 e 2.1.3, sob sua responsabilidade, em regime 24x7 utilizando profissionais de forma dedicada;

6.5.1.5. Tomar todas as providências necessárias para recompor a disponibilidade do link em caso de incidentes de ataques de DDOS, recuperando o pleno funcionamento do mesmo pela contratada.

6.5.1.6. A solução deve possuir a capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques, e interligada com os principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP.

6.5.1.7. A solução deve suportar a mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como White Lists, Black Lists, limitação de taxa, técnicas desafio resposta, descarte de pacotes mal formados, técnicas de mitigação de ataques aos protocolos HTTP e DNS, bloqueio por localização geográfica de endereços IP, dentre outras.

6.5.1.8. A solução deve implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todos e quaisquer ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, para no mínimo IPv4 (sendo possível a proteção contra ataques IPv6, a contratada não poderá cobrar adicionalmente por este serviço), mas não se restringindo aos seguintes:

- a) Ataques de inundações (Bandwidth Flood), incluindo Flood de UDP e ICMP;
- b) Ataques à pilha TCP, incluindo mal uso das Flags TCP, ataques de RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets;
- c) Ataques que utilizam Fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP;
- d) Ataques de Botnets, Worms e ataques que utilizam falsificação de endereços IP origem (IP Spoofing);

e) Ataques à camada de aplicação, incluindo protocolos HTTP e DNS.

6.5.1.9. A solução deve manter uma lista dinâmica de endereços IP bloqueados, retirando dessa lista os endereços que não enviarem mais requisições maliciosas após um período de tempo considerado seguro pela CONTRATADA.

6.5.1.10. **A CONTRATADA deve possuir centro de limpeza nacional com capacidade de mitigação MÍNIMA de 200% da velocidade do link contratado.**

6.5.1.11. **A contratada deve mitigar ataques por 3 horas, caso o ataque ultrapasse o SLA de mitigação contratado.**

6.5.1.12. Caso o volume de tráfego do ataque ultrapasse as capacidades de mitigação especificadas ou sature as conexões do AS devem ser tomadas contramedidas tais como aquelas que permitam o bloqueio seletivo por blocos de IP de origem no AS pelo qual o ataque esteja ocorrendo, utilizando técnicas como Remote Triggered Black Hole,

6.5.1.13. As soluções de detecção e mitigação devem possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques.

6.5.1.14. A CONTRATADA deve disponibilizar um Centro Operacional de Segurança (ou SOC – Security Operations Center) no Brasil, com equipe especializada em monitoramento, detecção e mitigação de ataques, com opção de atendimento através de telefone 0800, correio eletrônico, em idioma português brasileiro, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

6.5.1.15. A mitigação de ataques deve ser baseada em arquitetura na qual há o desvio de tráfego suspeito comandado pelo equipamento de monitoramento, por meio de alterações do plano de roteamento.

6.5.1.16. Em momentos de ataques DOS e DDOS, todo trafego limpo deve ser reinjetado na infraestrutura da contratante através de túneis GRE (Generic Routing Encapsulation), configurado entre a plataforma de DOS e DDOS da contratada e o CPE do contratante.

6.5.1.17. **Para a mitigação dos ataques não será permitido o encaminhamento do tráfego para limpeza fora do território brasileiro.**

6.5.1.18. As funcionalidades de monitoramento, detecção e mitigação de ataques devem ser mantidas em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

6.5.1.19. Em nenhum caso será aceito bloqueio de ataques de DOS e DDOS por ACLs em roteadores de bordas da contratada.

6.5.1.20. A contratada deve possuir um contrato de 15 minutos para iniciar a mitigação de ataques de DDOS.

6.5.1.21. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma Solução de Monitoração de acompanhamento contra ataques DDoS, que contemple:

a) Quadro Sinóptico para visualização da ocupação de banda do link Internet e níveis de severidade dos ataques.

6.5.1.22. Os alertas, que deverão fornecer, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

a) Visualização de informações on-line, de forma gráfica da banda consumida no ataque;

b) Acompanhamento do nível de importância do ataque, percentual do nível de severidade do ataque, o consumo de banda do ataque e tipo do ataque e classificação.

c) Origem de ataques com identificação do endereço IP e porta de origem

d) Destino de ataques, com identificação do endereço IP e porta de destino.

e) Protocolo de transporte do alerta.

f) Cada alerta deverá ter um numero de identificação que facilite sua consulta.

g) Informar a data de inicio e fim do acompanhamento do alerta

h) Volume de ataques sumarizados por hora, dia, semana e mês.

i) Relatório por tipos de ataques.

6.5.1.23. O Portal de monitoração da CONTRATADA deverá possuir uma interface única para acesso às suas funcionalidades, independentemente dos equipamentos ou tecnologias empregadas para a prestação dos serviços.

6.5.1.24. O Portal de Gerência deverá permitir o acesso simultâneo a, pelo menos, um administrador de rede da CONTRATANTE.

6.6. **LINKS DE ACESSO À INTERNET DEDICADO PARA O INTERIOR E OUTROS LINKS DA CAPITAL (ITENS 2.1.4 ao 2.1.6)**

6.6.1. Serviço dedicado de acesso à internet com no mínimo 06 (seis) endereços IPs fixos válidos por link contratado, livres para uso pela Contratante;

6.6.2. A CONTRATANTE poderá solicitar, de acordo com sua necessidade, mudança de numeração de bloco de Endereços IPs válidos, sem custo adicional;

6.7. **GARANTIA DE BANDA (ITENS 2.1.1 ao 2.1.6)**

6.7.1. Os serviços de acesso à internet por meio dos Links Dedicados deverão possuir garantia mínima de 99% (noventa e nove por cento) da banda contratada, para download e upload.

6.8. **DISPONIBILIDADE (ITENS 2.1.1 ao 2.1.6)**

6.8.1. Entende-se por Disponibilidade Média Mensal do núcleo da rede o índice que mede o tempo que uma rede esteve operacional para transmissão e recepção de pacotes IP.

6.8.2. A Contratada deverá garantir que todos os links tenham SLA (*Service Level Agreement*) estabelecido de, no mínimo, 99,4% (noventa e nove virgula 4 por cento) de disponibilidade, a ser medida mensalmente através de ferramenta disponibilizada, sem custo, pela contratada ou por ferramenta do próprio Tribunal.

6.8.3. Os serviços de acesso à internet deverão ficar ativos na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

6.8.4. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

6.8.5. O Índice de Disponibilidade Mensal será calculado através da seguinte fórmula:

$$Id = ((Tm - Ti) / Tm) * 100$$

Onde:

Id = Índice de Disponibilidade Mensal dos serviços.

Ti = Somatório dos Períodos de Indisponibilidade, em minutos, no mês de faturamento.

Tm = Tempo Total Mensal de operação, em minutos, no mês de faturamento.

Para o cálculo do índice de disponibilidade, o “Tempo Total Mensal” será calculado a partir do total de dias da prestação do serviço vezes 1440 (mil quatrocentos e quarenta) minutos.

6.8.6. **USO DE TRUNKING (ITENS 2.1.1 ao 2.1.6)**

6.8.6.1. O uso de “trunking”, ou seja, o uso de mais de um enlace para atingir a velocidade para cada link contratado será permitido.

6.8.6.2. Ao utilizar o recurso de “trunking” a contratada deve observar que o link somente será considerado ativo caso todos os enlaces que compõem o “trunking” estejam funcionando corretamente, ou seja, a falha em um dos enlaces que compõe o “trunking” significa que o link contratado não estará ativo corretamente, implicando em abertura de chamado de manutenção.

6.8.7. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS (ITENS 2.1.1 ao 2.1.6)

6.8.7.1. Os seguintes insumos devem ser fornecidos para o funcionamento dos links de acesso à internet dedicados:

a) Cabos e adaptadores:

- Cabo de conexão do Roteador com modem ou outro equipamento utilizado para acesso à internet;
- Cabos de energia elétrica para todos os equipamentos fornecidos;
- Adaptadores ópticos para conexões implementadas por meio de fibra óptica;

b) **Modem:** deve ser fornecido modem (convencional, óptico, rádio digital, dentre outros) ou outro equipamento para permitir a conexão do Roteador CPE ao ambiente WAN da Contratada. Este equipamento deve operar em 110/220V;

c) Roteadores CPE (Customer Premise Equipment):

- Deve ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de processador e memória a 80% do total disponível quando da carga máxima do link;
- Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a CONTRATANTE;
- Possuam todas as facilidades de gerenciamento que permitam o fornecimento adequado de todos os serviços especificados, destacando:
 - Gerenciamento SNMP compatível com as versões v2c e v3;
 - Protocolo SNMP habilitado, com acesso de leitura por parte do TRE;
 - Permissão para a configuração de “traps” por parte da contratada, a pedido do TRE, para monitoração de eventos específicos. Caso necessária, esta configuração será solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência da data real de monitoração;
 - Suporte a MIB-II e RMON;
 - Suporte a classificação de tráfego;
- A contratada deverá fornecer acesso à leitura de configuração por parte do TRE, através de “usuário” e “senha” específicos;
- Deve manter a hora sincronizada através do protocolo NTP (Network Time Protocol) – RFC 1305 ou protocolo SNTP (Simple Network Time Protocol) versão 4 – RFC2030;
- Interfaces:
 - LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede local;
 - WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos.
- Operar em 110/220V.
- Deve implementar a opção local de carga do sistema do equipamento via memória Flash.

6.8.8. No caso em que a CONTRATADA fornecer o acesso através de circuito de rádio digital, deverão ser observadas as seguintes características:

- 6.8.8.1. **Obs.: Não será permitido uso de rádio nos links de maiores velocidades para a SEDE do Tribunal, descritos nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3;**
- 6.8.8.2. Fornecimento e instalação de todos os equipamentos e componentes necessários para fixação das antenas;
- 6.8.8.3. A estrutura de fixação das antenas deverá ser devidamente aterrada à malha de aterramento do prédio, por meio de malha própria de cobre;
- 6.8.8.4. Fornecimento e instalação de antenas e campo de visada com alinhamento das mesmas;
- 6.8.8.5. Terminais de rádio de qualquer frequência H L;
- 6.8.8.6. Fontes de alimentação apropriadas aos equipamentos fornecidos;
- 6.8.8.7. Protetores de inversão de polaridade;
- 6.8.8.8. Antenas necessárias para fechamento de enlace;
- 6.8.8.9. Frequência 7.5, 8 e 8.5 GHz;
- 6.8.8.10. Canal deverá ser regularizado pela Anatel;
- 6.8.8.11. O tamanho mínimo das antenas deve ter como referência a seguinte tabela:

Tamanho	Distância
0.30m / 0.30m	3 a 6 km
0.60m / 0.60m	6 a 9 km
0.90m / 0.90m	9 a 24 km
1.20m / 1.20m	24 a 50 km

6.9. ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS PADRÃO xDSL (Item 2.1.7)

6.9.1. LINKS DE ACESSO À INTERNET TECNOLOGIA xDSL

6.9.1.1. Serviço de acesso à internet com, no mínimo, 01 (UM) endereço IP fixo válido para a rede pública de internet por link contratado, livres para uso pela Contratante.

6.9.1.2. Provedor de acesso, se necessário, deverá estar incluso nos serviços e no preço;

6.9.1.3. A CONTRATANTE não estará obrigada a solicitar os serviços para todas as localidades definidas na Tabela de Localidades 4, visto que tais serviços visa atender a locais que, possivelmente, não terão viabilidade técnica para instalação de Links dedicados, bem como para contingenciar, a critério da CONTRATANTE, os links principais (dedicados) em localidades a serem definidas.

6.9.1.4. A CONTRATANTE poderá solicitar ativação de Acesso à internet em localidades não previstas na Tabela de Localidades 4, por tempo determinado ou não, desde que haja a necessidade e tenha viabilidade técnica pela CONTRATADA;

6.9.1.5. A CONTRATADA deverá Fornecer a CONTRATANTE todos os dados necessários para configuração do Modem de cada localidade, para o correto funcionamento do acesso a internet;

6.9.1.6. Os links de acesso à internet podem ser ativados em Linhas Telefônicas instaladas pela CONTRATADA sem custos adicionais aos previstos neste termo de referência, ou seja, a CONTRATANTE pagará valor único pelo link de acesso à internet.

6.9.1.7. **A linha telefônica instalada para ativação do acesso à internet deverá ser específica para esse fim**, sem nenhum outro serviço ou tarifa ativo, inclusive serviço de voz.

6.9.1.8. Apesar dessa modalidade de acesso à internet poder ser ativado em linha telefônica convencional, não poderá haver procedimentos de conexão/desconexão.

6.9.1.9. Os links de acesso à internet deverão possuir dimensionamento correto para garantir a transmissão de dados de acordo com as velocidades contratadas.

6.9.1.10. É facultado à CONTRATANTE solicitar ativação de novos links de acesso à internet durante a vigência do Contrato, respeitando sempre o quantitativo máximo permitido, bem como desativação de links em uso conforme sua demanda. O quantitativo máximo permitido será atingido quando todos os links contratados estiverem efetivamente em uso.

6.9.1.11. A tecnologia de acesso deverá ser compatível com Modem padrão xDSL homologados pela CONTRATADA.

6.9.1.12. Serão aceitas tecnologias similares ao padrão xDSL, desde que comprovado desempenho técnico similar ou superior.

6.9.2. **GARANTIA DE BANDA xDSL**

6.9.2.1. Os serviços de acesso à internet com tecnologia xDSL deverão possuir garantias mínimas definidas pela ANATEL, por meio da Resolução nº 574 de 28/10/2011, disponível em <http://www.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2011/57-resolucao-574#art16>.

6.9.3. **DISPONIBILIDADE xDSL**

6.9.3.1. A Contratada deverá garantir disponibilidade mensal de 99% (noventa e nove) por cento em, no mínimo, 95% (noventa e cinco) por cento dos casos, conforme definido no Art. 21 da Res. Nº 574 de 28/10/2011 da ANATEL.

6.9.3.2. A Contratada deverá disponibilizar ferramenta para medição mensal da disponibilidade dos links ofertados e em efetivo uso; Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela contratante para aferir as velocidades e disponibilidades fornecidas.

6.9.3.3. Os serviços de acesso à internet deverão ficar ativos na modalidade 24h/dia, 7 dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

6.9.3.4. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

6.10. **DAS INSTALAÇÕES (itens 2.1.1 a 2.1.7)**

6.10.1. A contratada realizará a instalação dos links de acesso à internet considerando as velocidades definidas pela CONTRATANTE para cada ITEM e cada Localidade;

6.10.2. Todos os materiais e serviços de instalação dos links de acesso à internet até ao Rack da CONTRATANTE, que acomoda os equipamentos de comunicação de dados, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem acarretar nenhum ônus adicional à CONTRATANTE;

6.10.3. Em todas as localidades já existe infraestrutura de fiação interna de ligação entre o quadro de “distribuição geral” – DG e a sala ou RACK que acomoda os equipamentos de comunicação de dados, porém, sendo insuficiente ou caso a contratada utilize modalidade diferente da existente, será responsável por fazê-la, inclusive com o fornecimento dos cabos e conectores necessários, devendo utilizar a infra-estrutura de cabeamento disponível (calhas, dutos, eletrocalhas etc).

6.10.4. A contratada deverá fornecer os links obrigatoriamente terrestres, implementadas por meio de pares metálicos, fibra óptica ou rádio digital.

6.10.5. **Não serão permitidos acessos à Internet via satélite.**

6.10.6. Deve haver planejamento do horário de trabalho de instalação dos links de acesso à internet conjuntamente com a equipe técnica do TRE, de maneira a interferir o mínimo possível nos trabalhos normais de cada localidade.

6.10.7. A Contratada deverá Guardar as ferramentas e equipamentos auxiliares de instalação de responsabilidade da mesma nas interrupções de serviço.

6.10.8. Recompôr obras civis e pintura eventualmente afetadas quando da passagem dos cabos, mantendo o padrão local, excetuando-se os casos em que estas ocorrências sejam consequência de adaptações na infraestrutura necessária para passagem dos cabos.

6.11. **DOS TESTES PARA ACEITE DOS LINKS INSTALADOS**

6.11.1. Realizar testes de funcionamento de cada link dedicado, emitindo relatórios de testes em duas vias, as quais deverão ser assinadas pelos executores e pelos servidores designados para acompanhar as instalações;

6.11.2. Aferição da velocidade do link instalado, tanto para download como para upload;

6.11.3. Verificação da performance dos links instalados e perdas de pacotes;

6.11.4. Verificação da conformidade técnica dos insumos com o exigido no Termo de Referência;

6.11.5. Caso o resultado dos testes seja desfavorável, a CONTRATADA deverá solucionar os problemas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da notificação. Caberá ao CONTRATANTE dar o aceite ou não a solução dada para o problema;

6.11.6. Para fins de pagamento, o link só deverá começar a ser faturado após a aceitação dada com base na avaliação dos testes pela equipe técnica do CONTRATANTE;

6.12. **ALTERAÇÃO DE VELOCIDADE**

6.12.1. É facultado à contratante solicitar alteração de velocidade dos links de acesso à internet contratados por meio de aditivo contratual qualitativo, nos limites estabelecidos na legislação, sempre com cotações prévias para constatação da vantajosidade do preço de mercado, desde que haja viabilidade prévia da Contratada.

6.12.2. Após a alteração de velocidades, a CONTRATADA deverá realizar os testes de funcionamento, sempre acompanhados pelos técnicos do CONTRATANTE, e emitir os relatórios de testes em duas vias, os quais deverão ser assinados pelos executores e pelo responsável em cada local de Instalação (Capital - Sede e Anexos e Cartórios Eleitorais do Interior);

6.13. **MUDANÇA DE ENDEREÇO**

6.13.1. Em caso de mudança de endereço da unidade da contratante onde existir link de acesso à internet instalado, um novo link será solicitado para o novo endereço para não haver interrupção do serviço, por esse motivo o Contrato será por estimativa e contemplará quantitativo superior à demanda real da CONTRATANTE.

6.13.2. O link instalado no endereço anterior será desativado assim que o novo enlace for instalado conforme solicitado. Portanto, não haverá solicitação de mudança de endereço dos links de acesso à internet, por se tratar de solicitação de instalação de novo link já previsto neste Termo de Referência.

6.13.3. A providência de equipamentos para suportar novos links, conforme especificados neste Termo de Referência, será de inteira responsabilidade da contratada, que deve manter a estrutura de equipamentos do link em uso até que seja solicitada sua desativação.

6.14. **DESATIVACÕES DOS LINKS DE ACESSO À INTERNET**

6.14.1. Toda desativação deverá ocorrer somente após solicitação formal da equipe técnica do CONTRATANTE, obedecendo os limites de supressão impostos no § 1º, art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

6.14.2. Todos os equipamentos inerentes ao link desativado deverão ser recolhidos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 dias a partir da data da solicitação de desativação do link, mediante agendamento prévio;

6.15. **MANUTENÇÃO**

6.15.1. O serviço de manutenção deve ser prestado pela contratada, que deve atender obrigatoriamente as seguintes condições:

- a. O serviço será considerado indisponível a partir do início de uma interrupção identificada pela CONTRATANTE, devidamente registrada através de abertura do chamado na Central de Atendimento da CONTRATADA, até o restabelecimento do circuito às condições normais de operação com a respectiva constatação do Contratante através da autorização para o encerramento do chamado.
- b. Quando não for possível a CONTRATANTE realizar a abertura de chamado na Central de Atendimento da Contratada, a indisponibilidade será considerada a partir da efetiva interrupção registrada pelos sistemas da CONTRATANTE e/ou CONTRATADA;
- c. Entende-se como condições normais de operação a estabilidade dos serviços prestados, sem a ocorrência de novas interrupções no curto prazo, e a manutenção de todos os parâmetros de qualidade dentro dos níveis especificados.
- d. Todos os serviços de manutenção dos links de acesso à internet são de inteira responsabilidade da contratada e devem ser efetuados desde o início até o final do contrato, bem como devem estar totalmente cobertos pelo pagamento mensal relativo ao fornecimento de cada um dos links de acesso, sem quaisquer custos adicionais para o TRE;
- e. Efetuar manutenção corretiva assim que for detectado algum mau funcionamento de enlaces e equipamentos, ou problemas em instalações feitas, de forma que voltem a funcionar perfeitamente;
- f. Entende-se por manutenção corretiva os serviços prestados para recolocar os links de acesso à internet em modo operacional e na velocidade contratada, compreendendo, inclusive, substituições e configurações dos equipamentos fornecidos em comodato.
- g. Efetuar manutenção preventiva em todos os links sob a responsabilidade da Contratada no máximo de 15 (quinze) dias antes de quaisquer Eleições realizadas durante a vigência do Contrato.
- h. Entende-se por manutenção preventiva os serviços prestados para detectar possíveis falhas, perda de pacotes, instabilidades, sobrecarga nos equipamentos, ajustes de configurações, etc., com objetivo de antecipar as devidas correções e evitar mau funcionamentos dos links nos períodos críticos eleitorais.
- i. Realizar o serviço de manutenção no local de instalação do equipamento sempre que possível. Caso seja necessário remover o equipamento, a contratada deve providenciar a substituição do equipamento por outro idêntico ou superior, em perfeito funcionamento, para então retirar o equipamento com defeito e encaminhá-lo para a manutenção;
- j. Permitir efetuar a “Abertura de Chamado de Manutenção” junto a “Central de Atendimento” da contratada por meio de um telefone “0800”;
- k. Entende-se por “conclusão do atendimento” o pleno restabelecimento da funcionalidade e do desempenho dos serviços de acesso à internet, incluindo a troca de peças ou componentes e a execução de quaisquer procedimentos corretivos que se façam necessários.
 1. A conclusão do atendimento será registrada. Essa informação será utilizada para averiguar o cumprimento dos acordos de nível de serviço previstos.
- m. A conclusão de um atendimento requer a concordância, por parte de um técnico designado pelo Tribunal.
- n. O tempo para atendimento por atendente em sistemas de autoatendimento não poderá ser superior ao definido no Art. 22 da Resolução nº 574 de 28/10/2011 da ANATEL;
- o. A contratada deve ser responsável por todos os técnicos que forem realizar manutenção dos enlaces em qualquer uma das localidades onde houver links de acesso à internet instalados.
- p. Disponibilizar, obrigatoriamente, 1 (um) técnico de forma presencial no TRE, no período de 1 dia antes de uma eleição até o final dos trabalhos de apuração no dia da eleição (válido para qualquer eleição, em qualquer turno);
- q. Garantir que os técnicos de suporte tenham conhecimento completo sobre toda a arquitetura de rede utilizada, e de todos os equipamentos e softwares de responsabilidade da contratada que integram a modalidade de acesso à internet.

6.15.2. **TEMPO DE REPARO**

6.15.2.1. A Contratada deve iniciar os procedimentos de manutenção dos links de acesso à internet em até 4 (quatro) horas após a notificação do problema;

6.15.2.2. Em períodos normais de operação dos links de acesso à internet, a CONTRATADA deverá realizar e concluir a manutenção dos links dedicados, equipamentos e instalações fornecidos em até 8 (oito) horas após a “abertura do chamado de manutenção”, e concluir a manutenção de links xDSL em até 24 (vinte e quatro) horas;

6.15.2.3. Em Períodos de operação próximos a eleições: durante o período com início 12 (doze) dias antes da eleição e término 01 dia após a eleição (válido para qualquer eleição, em qualquer turno, que ocorra até o final do contrato), o prazo para realizar e concluir a manutenção dos links de acesso à internet e equipamentos fornecidos pela contratada será reduzido em 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para períodos normais de operação.

6.15.2.4. Durante o procedimento de manutenção ou indisponibilidade do link deverá ser computado o PNF – Período de Não Funcionamento do link;

6.15.2.5. O PNF será computado em minutos a partir da “abertura do chamado de manutenção” feito pela Central de Atendimento da CONTRATADA;

6.15.2.6. O término do PNF será computado a partir do aceite da manutenção (fechamento do chamado) feito pela equipe técnica do CONTRATANTE, sendo necessária a identificação do técnico responsável pelo fechamento do chamado;

6.15.2.7. O somatório de PNF em minutos, durante um mês, que exceder o tempo de parada permitido neste mesmo período, será tomado como base de desconto da parcela mensal de pagamento (do Concentrador ou conexão dedicada remota que teve seu serviço interrompido) no mês subsequente. A consolidação dos “períodos de não funcionamento do enlace” será feita pelo com base nas informações obtidas no Sistema de Monitoramento do CONTRATANTE.

6.15.3. **MONITORAMENTO DO CONTRATANTE**

6.15.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso via protocolo SNMP, com permissão de leitura nos equipamentos referentes aos links contratados no regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), durante a vigência do contrato;

6.15.3.2. A CONTRATADA deverá ter conhecimento e ciência do Sistema de Monitoramento do CONTRATANTE para fins de aferição dos serviços prestados.

6.15.3.3. Para o Monitoramento a CONTRATANTE fará uso de ferramentas de coleta de dados como ZABBIX, via protocolo SNMP, nos equipamentos da CONTRATADA;

6.15.3.4. Os dados coletados nos equipamentos da CONTRATADA, pelo Sistema de Monitoramento do CONTRATANTE, serão usados como mecanismo de aferição, contraprova, e terão validade administrativa na verificação do cumprimento da DISPONIBILIDADE dos serviços.

7. **MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

7.1. Trata-se de uma aquisição em Itens com o objetivo de ampliar a competitividade, além de possibilitar a continuidade dos serviços de Links de Acesso à internet redundante na Sede do Tribunal e contingencial em todas as localidades.

8. **ELEMENTOS PARA GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. **Papéis e Responsabilidades**

8.1.1. O contrato será gerido por um gestor ou comissão especialmente designada, composta de servidores da Coordenadoria de Suporte e

Infraestrutura - área demandante; servidores da Seção de Redes e Segurança de Computadores - área técnica e da Secretaria de Administração e Orçamento - área administrativa, que serão respectivamente fiscal demandante, fiscal técnico e fiscal administrativo.

8.2. Deveres e Responsabilidades da CONTRATANTE

- 8.2.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 8.2.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços ofertados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo;
- 8.2.3. Recusar, a critério da fiscalização, qualquer bem ou serviço fornecido ou executado fora das condições contratuais;
- 8.2.4. Receber os bens e serviços na forma descrita no Termo de Referência;
- 8.2.5. Restituir, no estado em que se encontrarem, os Aparelhos e equipamentos, cedidos em comodato e objetos desta contratação, ao término do respectivo contrato.
- 8.2.6. Prestar as informações, recomendações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 8.2.7. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.2.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, segundo as condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.3. Deveres e Responsabilidades da CONTRATADA

- 8.3.1. Fornecer os produtos e serviços no prazo e demais condições estipuladas neste Termo de Referência, no edital da licitação e na proposta;
- 8.3.2. Entregar os serviços devidamente instalados e operacionais no prazo máximo estipulado e nas especificações constantes do termo de Referência;
- 8.3.3. Se constatada qualquer irregularidade nos serviços ou equipamentos fornecidos, a empresa deverá corrigi-los ou substituí-los, no prazo estipulado no item “TEMPO DE REPARO”;
- 8.3.4. Em caso de substituição de equipamentos defeituosos ou em desacordo com o solicitado, conforme previsto na alínea acima, correrão por conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da substituição, como retirada do equipamento, envio e instalação do novo equipamento;
- 8.3.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-TO, excetuando a terceirização dos serviços de manutenção e de proteção contra ataques de serviços;
- 8.3.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 8.3.7. Nomear e informar preposto/consultor para, durante o período de vigência, representá-lo na execução e gestão do contrato;
- 8.3.8. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, mesmo que seja causado pelos terceirizados dos serviços de manutenção;
- 8.3.9. Responsabilizar-se pela manutenção corretiva e preventiva, pelo período de vigência contratual;
- 8.3.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;
- 8.3.11. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE.
- 8.3.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 8.3.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.4. Formas de Acompanhamento do Contrato

- 8.4.1. O Gestor ou a comissão especialmente designada pela Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à gestão do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) e notificando a autoridade superior, quando necessário, para as providências corretivas.
- 8.4.2. As relações mantidas entre o TRE/TO e a CONTRATADA, serão intermediadas pelo Gestor ou pela comissão responsável pela fiscalização do contrato.
- 8.4.3. À Fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento fiel do contrato e impugnar todo e qualquer material ou serviços executados pela CONTRATADA, que não atendam às condições contratuais e a especificação técnica, cabendo à CONTRATADA refazer os serviços e/ou produtos rejeitados e arcar inteiramente com os custos decorrentes.
- 8.4.4. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

8.5. PRAZOS E CONDIÇÕES

- 8.5.1. Os seguintes prazos devem ser observados nos serviços de instalação e desativação dos links de acesso à internet:

8.5.2. Prazo para Instalação

Data	Evento
Dia D	<ul style="list-style-type: none">Solicitação formal de instalação de novo link de acesso à internet, encaminhada pela CONTRATANTE para a CONTRATADA.
D + 30 dias	<ul style="list-style-type: none">Conclusão da instalação

- 8.5.2.1. Caso a Licitante vencedora seja atualmente fornecedora de serviços de acesso à internet para o Tribunal e considerando que o novo contrato substituirá os atualmente vigentes, a CONTRATADA poderá utilizar a mesma estrutura e equipamentos do link em uso (Modem, Roteador, cabeamento, cabos, etc), no entanto, o tempo de parada para substituição do Link antigo pelo Novo link não poderá ser superior a 03 (três) horas durante o expediente.

8.5.3. Prazo para Desativações

Data	Evento

Dia K	<ul style="list-style-type: none"> Solicitação formal de desinstalação/desativação do link de acesso à Internet encaminhada pela CONTRATANTE para a CONTRATADA.
K + 30 dias	<ul style="list-style-type: none"> Desinstalação/desativação do link de acesso à internet efetivada

8.5.3.1. Para fins de pagamento será considerado desativado o link de acesso à internet na data da solicitação formal (Dia K), data a partir da qual os usuários deixarão de utilizar os serviços.

8.6. ACEITE, ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO

8.6.1. Condições de aceite

8.6.1.1. Os seguintes serviços relacionados aos testes para aceitação dos links de acesso à internet serão necessários:

a) Realizar testes de funcionamento de cada link de acesso à internet, emitindo relatórios de testes em duas vias, as quais deverão ser assinadas pelos executores e pelos servidores designados para acompanhar as instalações;

b) Os seguintes testes deverão ser realizados para fins de aceite técnico dos links instalados:

1. Acesso à Internet;

2. Aferição da velocidade do link instalado, tanto para download como para upload;

3. Verificação da performance dos links instalados e perdas de pacotes.

8.6.2. Condições de alteração Contratual

8.6.2.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

8.6.3. Condições de cancelamento do Contrato

8.6.3.1. Além de outras hipóteses expressamente previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei n. 8.666/1993, mediante formalização, assegurado sempre o contraditório e a ampla defesa, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

a) Atraso injustificado na execução dos serviços, bem como sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

b) O cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE.

8.6.3.2. Nos casos em que a CONTRATADA sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução do contrato não seja afetada e que a Contratada mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

8.6.3.3. Ao Contratante é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/1993.

8.7. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

8.7.1. O pagamento dos serviços de acesso à internet será feito em períodos mensais definidos pela contratada, a partir da data do efetivo uso do link de acesso. Portanto, poderá haver faturamento proporcional até a data do fechamento do período de faturamento da contratada;

8.7.2. Para os acessos à internet padrão xDSL, apesar dessa modalidade de acesso poder ser ativada em linha telefônica convencional fornecida pela contratada, não poderá haver faturamento de linha telefônica.

8.7.3. Havendo disponibilidade técnica, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser fornecidas, preferencialmente em arquivo eletrônico, no formato das planilhas eletrônicas mais conhecidas, ou em papel, facultado a escolha à CONTRATANTE.

8.7.4. **A contratada deverá emitir fatura consolidada, contemplando o valor total de todos os links de acesso à internet fornecidos, observando-se o seguinte:**

8.7.4.1. A CONTRATANTE fará o controle dos Links efetivamente ativos, bem como a data de ativação de cada link;

8.7.4.2. A CONTRATANTE fará o fechamento da planilha com os valores de todos os links ativos em cada período de faturamento. Nessa planilha contemplará os possíveis descontos em razão do descumprimento do SLA.

8.7.4.3. A fatura consolidada deverá ser emitida após o fechamento de cada período de faturamento, cujo período deverá fazer constar na fatura.

8.7.4.4. A DATA DE VENCIMENTO deverá ter prazo, no mínimo, de 15 (quinze) dias para possibilitar o trâmite processual para fins de pagamento.

8.7.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência quanto as condições de habilitação, qualificação exigidas na licitação ou atendimento das especificações. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

8.7.6. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, ou pendências das condições de habilitação que impeça o pagamento, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado;

8.7.7. A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos do contrato.

8.7.8. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a serem aplicadas.

8.7.9. A CONTRATADA optando pelo pagamento da fatura/Nota fiscal em conta bancária, deverá indicar os dados bancários para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da Nota de Empenho

8.8. DO REGISTRO DE PREÇOS

8.8.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, contado de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

8.8.2. Em observância ao que dispõe o §4º do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, as adesões por órgãos não participantes poderão ser concedidas até o limite do quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e participantes.

8.9. DA VIGÊNCIA e REAJUSTE DO CONTRATO

8.9.1. A licitante vencedora do certame assinará contrato com vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.

8.9.2. A CONTRATADA poderá reajustar o valor dos serviços prestados, na renovação contratual, limitados ao Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) disponibilizado pela ANATEL, pelo portal eletrônico www.anatel.gov.br, ou por outro que venha a substituí-lo.

8.9.3. O primeiro reajuste somente será concedido após 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta constante do

instrumento convocatório que tenha fundamentado a contratação. Os demais e sucessivos reajustes deverão também respeitar o interregno de 12(doze) meses entre si.

8.9.4. O reajuste previsto nesta cláusula será calculado com base no índice acumulado dos últimos 12(doze) meses contados da data da apresentação da proposta ou do mês subsequente ao último reajuste concedido.

8.9.5. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, nos termos do § 8º da Lei 8666/93, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao contrato.

8.10. **PROPRIEDADE, SIGILO, RESTRIÇÕES**

8.10.1. Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados, pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados, conforme previsto no Decreto no 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

8.10.2. A CONTRATADA responderá solidariamente com seus agentes empregados, prepostos, ou subcontratados, no caso de violação do compromisso de confidencialidade ora assumido.

8.10.3. O acesso à informação sigilosa será restrito ao funcionário alocado para a execução dos SERVIÇOS, não devendo este repassar a outros funcionários da CONTRATADA sem prévia autorização do CONTRATANTE.

8.10.4. A CONTRATADA deverá restituir imediatamente ao CONTRATANTE, quando do término do serviço ou quando for solicitada, qualquer informação deste. Em caso de perda de quaisquer informações, a CONTRATADA deverá notificar por escrito o CONTRATANTE, imediatamente.

8.11. **MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

8.11.1. Notificações contratuais da Contratante

Emissor: Grupo gestor do contrato, fiscal do contrato;

Destinatário: Contratada

Forma de Comunicação: e-mail institucional

Periodicidade: sempre que houver necessidade

8.11.2. Notificações contratuais Contratado

Emissor: Preposto representante da empresa na execução do contrato;

Destinatário: Contratante

Forma de Comunicação: e-mail institucional do gestor do contrato

Periodicidade: sempre que houver necessidade

9. **ESTIMATIVA DE PREÇO**

Itens	Descrição	Qtd.	Velocidade em Mbps	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL (Qtd x VUM)	VALOR TOTAL ANUAL (VTM x 12)
9.1	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda para a Sede do TRE-TO	2	50			
9.2	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda e com filtro Anti-DDOS para a Sede do TRE-TO	2	100			
9.3	Link de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda e com filtro Anti-DDOS para a Sede do TRE-TO	2	100			
9.4	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades da Capital constantes da Tabela 1	9	6			
9.5	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades do constantes da Tabela 2	17	4			
9.6	Links de Acesso à Internet, tipo dedicado, com garantia de banda, para, no mínimo, as Localidades constantes da Tabela 3.	37	2			
9.7	Links de Acesso à Internet padrão xDSL para, no mínimo, as Localidades constantes da Tabela 4.	38	2			

10. **SANÇÕES APLICÁVEIS**

10.1. O atraso injustificado para o fornecimento dos produtos e ou início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- 10.1.1. Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
- 10.1.2. Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,7%, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.
- 10.2. Sem prejuízo com relação às demais sanções previstas no Art. 87 da Lei n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às penalidades:
- 10.2.1. advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- 10.2.2. multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 10.2.4. O atraso injustificado na execução, ou entrega do serviço, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.
- 10.2.5. A indisponibilidade da conexão além dos limites aceitos nos itens 6.8 e 6.9.3, sujeitará a multa corresponde de 1/30 (um trinta avos) do valor mensal da conexão indisponível por hora de descumprimento, limitado a 10% (dez por cento) do valor mensal da contratação.
- 10.2.5.1. O descumprimento do item descrito acima de forma consecutiva por 3 (três) meses ensejará a inexecução parcial do contrato.
- 10.2.6. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.
- 10.2.7. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.
- 10.2.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar, a contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.
- 10.2.9. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA ou cobrado judicialmente.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. PROPOSTA TÉCNICA

- 11.1.1. A proposta de preços deverá conter as especificações detalhadas dos serviços ofertados, com os preços unitários de todos os itens, em Real, incluídas todas as despesas relativas aos impostos, seguro, suporte técnico, manutenção, taxas, fretes, serviços e demais encargos.

11.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 11.2.1. A licitante deverá apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou contrato de prestação de serviços, que comprove ter a licitante prestado ou estar prestando serviços similares ao especificados no Termo de Referência, com quantidade igual ou superior a 50% do quantitativo total definido para cada item;
- 11.2.2. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações para comprovar o quantitativo mínimo exigido, exclusivamente quando se referir a períodos concomitantes;
- 11.2.3. A critério do pregoeiro, a licitante deverá disponibilizar informações adicionais necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) ou declaração(ões) apresentado(s).

11.3. VISTORIA DO LOCAL DE INSTALAÇÃO

- 11.3.1. É facultada ao licitante a vistoria dos locais onde serão executados os serviços, em companhia de representante do Contratante da SEDE, Unidades da capital ou das Zonas Eleitorais, com o objetivo de se inteirar das condições e do grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário com o setor de tecnologia da informação da Contratante.
- 11.3.2. Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições, das divergências nas coordenadas geográficas e endereços informados neste Termo, bem como, do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas;